

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2026

RECIFE - CNTI participa de reunião preparatória para a Conferência Nacional do Trabalho



O Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) na Região Nordeste, **Israel Ferreira Torres**, participou nesta quinta-feira (26) de reunião com a bancada das Centrais Sindicais e representantes patronais na Superintendência Regional do Trabalho, em Recife. O encontro marcou a etapa final de alinhamento para a realização da **Conferência Nacional do Trabalho**, prevista para ocorrer entre os dias 3 e 5 de março, em São Paulo.



A reunião teve como objetivo acertar os últimos detalhes organizacionais e consolidar os pontos consensuais que serão levados ao debate nacional. O diálogo entre trabalhadores, empregadores e poder público reforça o compromisso das entidades com a construção coletiva de propostas voltadas ao fortalecimento das relações de trabalho no país.

Considerada o maior espaço de diálogo social tripartite do Brasil, a Conferência Nacional do Trabalho reunirá representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores para formular diretrizes que deverão orientar as políticas públicas de trabalho e emprego nos próximos anos. A expectativa é de ampla

participação e debates estratégicos sobre temas centrais para o desenvolvimento econômico e social.



Coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com assessoria técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a conferência é resultado de um amplo processo democrático que mobilizou as 27 unidades da Federação e consolidou mais de 370 propostas encaminhadas por representantes de todo o país.

Motta afirma que proposta que estabelece o fim da jornada 6x1 pode ser votada em maio no Plenário

Presidente considera viável a aprovação da proposta

Acervo Câmara dos Deputados



Motta reforçou que é importante o diálogo amplo com todos os setores

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a proposta de emenda à Constituição que estabelece o fim da jornada de trabalho 6x1 poderá ser votada no Plenário em maio. Segundo o presidente, a matéria está sendo construída com responsabilidade e todos os seus impactos estão sendo avaliados. De acordo com Motta, é viável a sua aprovação no Plenário.

Motta concedeu entrevista ao site Metrópoles nesta quinta-feira (26). Ele negou que o fato de ter encaminhado a proposta à Comissão de Constituição e

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2026

Justiça (CCJ) e, posteriormente, o tema seguir para uma comissão especial, seja uma forma de tirar o protagonismo do governo sobre o assunto.

“Não é briga por protagonismo, mas, sim, buscar o canal legislativo correto, dando vez e voz a todos os impactados e, a partir daí, avançar numa pauta que atenda à larga maioria da população brasileira”, defendeu.

O presidente reforçou que é importante um diálogo amplo com todos os setores envolvidos de forma a medir os impactos, sem atropelos, sem ideologias, mas reconheceu que se trata de uma proposta justa e adequada aos novos tempos das relações de trabalho.

“Penso que é justo um tempo de qualidade para a família, para a saúde, momento de lazer, e essa PEC traz essa discussão”, disse o presidente.

A CCJ deve analisar a admissibilidade de duas propostas que tramitam apensadas: a PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (Psol-SP); e a PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Fonte: Agência Câmara

Alarmismo dos empresários contra o fim da escala 6x1 não se sustenta

Estudo do Cesit/Unicamp expõe propaganda patronal do caos econômico; projeções catastróficas ignoram fatos e a capacidade real de adaptação econômica brasileira



Foto: Sindifes

O debate em torno do fim da escala 6x1 no Brasil tem revelado um fosso profundo entre as demandas sociais por dignidade e o que especialistas classificam como “terrorismo econômico” articulado por entidades como Fecomercio-SP, Fiemg, CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil) e CDL-BH (Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte).

Em um esforço de mobilização retórica, tais federações projetam colapsos sistêmicos, que variam de quedas de R\$ 2,9 trilhões no faturamento industrial

a uma perda apocalíptica de 18 milhões de empregos. Entretanto, a nota técnica “Jornada de trabalho na escala 6x1: a insustentabilidade dos argumentos econômicos”, publicada pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, desmonta essas projeções e revela que o discurso patronal não é apenas falho, mas uma reedição de velhos erros históricos.

Previsões idênticas foram feitas contra o 13º salário e contra a política de valorização do salário mínimo em 2004 — medidas que, ao contrário do anunciado, geraram crescimento e estabilidade, e não o caos.

Custos: Ajuste pontual e a “gordura” da produtividade não repassada

No campo dos custos operacionais, o argumento empresarial de que o fim da escala 6x1 provocaria uma espiral inflacionária ignora a realidade contábil acumulada nos últimos anos. Enquanto a Fecomercio-SP fala em um acréscimo de 22% no custo da hora trabalhada, o Cesit destaca que houve uma queda de 3,6% no custo unitário do trabalho na indústria entre 2012 e 2019. Esse dado revela a existência de uma robusta “gordura” financeira gerada por ganhos de produtividade que jamais foram repassados aos salários dos trabalhadores.

Qualquer elevação decorrente da nova escala seria um ajuste de efeito pontual e não cumulativo, que pode ser facilmente absorvido por setores altamente concentrados. Vale notar que, em nichos como o supermercadista, apenas três grupos controlam 62,6% do mercado, operando com faturamentos bilionários que permitem a incorporação do ajuste sem prejuízo à viabilidade do negócio. De modo geral, o repasse estimado aos preços finais na indústria seria de mero 1% a 1,5%, o que desinfla completamente as teses de descontrole inflacionário.

Empregos e informalidade: O dinamismo das novas escalas

A projeção da Fiemg de que 18 milhões de vagas seriam extintas ignora a lógica elementar de reposição de mão de obra. O contra-argumento do Cesit aponta que a transição para escalas como 5x2 ou 4x3 possui um potencial intrínseco de geração de postos de trabalho para suprir as horas liberadas, o que elevaria a massa salarial e, por consequência, o consumo interno.

Além disso, a tentativa patronal de associar a redução da escala ao aumento da informalidade é apresentada de modo distorcido. A informalidade, que hoje atinge 40% da força de trabalho, é um traço estrutural e histórico do mercado brasileiro, alimentada pelo neoliberalismo e por desigualdades profundas e não pela concessão de direitos laborais. Pelo contrário,

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2026

jornadas exaustivas são causas diretas de absenteísmo e adoecimentos ocupacionais. Ao reduzir a carga horária, as empresas tendem a ganhar em produtividade real, com trabalhadores mais saudáveis e focados.

A falácia da competitividade comparada

A retórica empresarial frequentemente utiliza exemplos como México e China para justificar a manutenção de jornadas extensas, mas o faz de forma seletiva e desatualizada. O Brasil já ostenta uma das maiores cargas horárias anuais do planeta: 1.936 horas, ocupando a 4ª posição no ranking da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). No entanto, com uma produtividade que estagnou a apenas 23% da verificada nos Estados Unidos.

Países como a Alemanha (com 1.349 horas anuais) e a França demonstram que a liderança econômica e a competitividade global são mantidas através de eficiência tecnológica e valorização do trabalho, e não por regimes de exaustão. É sintomático, inclusive, que o próprio México já planeje reduzir sua carga semanal de 48 para 40 horas, reconhecendo que a competitividade moderna exige uma força de trabalho equilibrada e saudável.

MPEs: O oportunismo das grandes redes

Um dos pontos mais sensíveis é o uso das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) como “escudo” para os interesses das grandes corporações. Alega-se que o fim da 6x1 inviabilizaria os pequenos negócios, responsáveis por 80% dos empregos formais. Todavia, os dados do Sebrae citados pelo Cesit mostram que a taxa de mortalidade de 21,6% das MPEs nos primeiros cinco anos decorre de falhas de gestão e da concorrência desleal das grandes redes, não da jornada de trabalho. São justamente as grandes corporações que sufocam as pequenas empresas via escala de mercado. O fim da 6x1, ao contrário do que apregoa o pânico patronal, fomenta o consumo local e de bairro, uma vez que o trabalhador passa a ter mais renda circulante e tempo para o lazer e a convivência comunitária.

Ao priorizar a saúde pública — em um cenário onde 80% dos jovens relatam transtornos mentais e o país registra altos índices de acidentes de trabalho —, a proposta de fim da escala 6x1 se apresenta como uma necessidade civilizatória. Ela permite a distribuição equitativa dos ganhos tecnológicos das últimas décadas, modernizando as relações laborais no Brasil e fortalecendo a economia real, longe do fantasmagórico caos propagado pelos setores que ainda lucram com o atraso social.

Fonte: Portal Vermelho

13º do INSS antecipado em 2026: veja quem tem direito ao pagamento

O 13º do INSS em 2026 deve ser antecipado para abril e maio. Confira quem tem direito ao pagamento



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O governo federal planeja a antecipação do 13º para aposentados e pensionistas do INSS em 2026 para os meses de abril e maio. A medida, que aguarda a finalização de uma nota técnica pelo Ministério da Previdência, deve injetar R\$ 78 bilhões na economia e beneficiar cerca de 35 milhões de segurados. Para que o cronograma seja confirmado, é necessária a publicação de um decreto presidencial até o início de abril.

Quem tem direito ao 13º salário do INSS?

O abono anual é destinado a segurados e dependentes da Previdência Social que receberam durante o ano:

- Aposentadoria;
- Pensão por morte;
- Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença);
- Auxílio-acidente;
- Auxílio-reclusão.

Importante: Idosos e pessoas com deficiência de baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não têm direito ao 13º.

Calendário e parcelas da antecipação

O pagamento do 13º salário obedece o cronograma de pagamento dos benefícios do INSS, entre os últimos dias de cada mês e início do seguinte.

Tradicionalmente, o 13º é pago em duas parcelas em agosto e novembro, mas o governo tem antecipado o pagamento das parcelas nos últimos anos. A medida não tem impacto fiscal, altera apenas o fluxo de pagamentos no exercício.

Fonte: Agência O Globo

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2026

Ainda sobre a redução da jornada; por João Guilherme



Enquanto as direções nacionais das centrais sindicais e das confederações de trabalhadores preocupam-se em organizar as intervenções no Congresso Nacional, em Brasília, o conjunto do movimento sindical, suas múltiplas entidades e os dirigentes de cada sindicato devem procurar pessoalmente os deputados e senadores de suas cidades, regiões ou estados para, olho no olho, argumentarem e defenderem com eles a redução da jornada e o fim da escala 6 x 1, bem como alertá-los a respeito das próximas eleições em que disputarão novos mandatos.

A tática dos adversários tornou-se transparente: intoxicam a mídia grande com números e planilhas e trabalham, através de seus lobies, para embaraçar a discussão e postergar a votação até depois das eleições de outubro.

O movimento sindical conta com a experiência do Dieese e do Diap para assessorá-lo nas discussões com os parlamentares, com os formadores de opinião e com os trabalhadores.

Assim, atingiremos os dois campos em que se trava a luta: o Congresso Nacional e a opinião pública, em especial a opinião dos trabalhadores, a nossa base social.

Destaco, com satisfação, no enxame de notícias e opiniões na mídia grande o artigo do professor Naercio Menezes Filho (Valor 20/02) sobre a "os efeitos da redução da jornada" que defende de modo eficiente e com argumentação coerente a possibilidade da redução da jornada, o que é também confirmado por todas as métricas mundiais.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil